

50 anos do Senado Federal em Brasília

Fatos marcantes: 1960 a 2010



Acervo Senado

1960

- Em 22 de abril, foi realizada a **primeira sessão do Senado Federal em Brasília**.
- A transferência do Distrito Federal para Brasília ocorreu durante a 2ª sessão legislativa da 41ª legislatura. Os senadores eleitos pelo antigo Distrito Federal passaram a representar o Estado da Guanabara. O Senado, pela Constituição de 1946, deveria ter em sua composição 66 senadores, representando os 21 estados e o Distrito Federal. Entretanto, apesar da Constituição prever a representação para o Distrito Federal e a Emenda Constitucional nº 2, de 1961, estabelecer que o Congresso Nacional deveria fixar a data das primeiras eleições de seus representantes, essa prerrogativa nunca foi regulamentada. Portanto, existiam apenas 63 representantes dos estados no Senado Federal.
- A Constituição de 1946, vigente à época, determinava que cada unidade da Federação elegeria três representantes no Senado. Cada senador tinha apenas um suplente.
- Foram sancionadas, entre outras, a Lei nº 3.751, de 13 de abril, que estabelece a organização administrativa do Distrito Federal, e a Lei nº 3.754, de 14 de abril, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal; Lei nº 3.752 de 14 de abril (Lei Santiago Dantas), que ditou as normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara; Lei nº 3.807, de 26 de agosto, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.



1961

- A 10 de janeiro, o senador Taciano Gomes de Mello (PSD) renuncia ao mandato, por ter sido escolhido para o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Não havia suplente a ser convocado, pois Sócrates Mardocheu Diniz, que havia sido eleito com esse propósito, havia falecido no ano anterior.
- O Tribunal Superior Eleitoral marcou eleições para 04 de junho, com o propósito de eleger outro titular e seu suplente. No pleito, o ex-presidente **Juscelino Kubitschek é eleito**.
- Em 24 de janeiro, a presidência do Senado Federal anuncia o início da divulgação radiofônica dos trabalhos do Congresso Nacional.
- Em sessão conjunta, às 10 horas e 45 minutos do dia 31 de janeiro, foram solenemente empossados perante o Congresso Nacional os srs. Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart, eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República, para o período de 31 de janeiro de 1961 a igual data de 1966.
- A promulgação da Emenda Constitucional nº 3, ocorrida em 24 de maio, dispõe sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e territórios federais.
- O Presidente Jânio Quadros encaminhou, em 25 de agosto, o texto de sua renúncia.
- A Emenda Constitucional nº 4, de 02 de setembro, institui o sistema parlamentar de Governo.
- João Goulart prestou compromisso constitucional, perante o Congresso Nacional, no dia 07 de setembro. Na ocasião indicou o nome de Tancredo Neves para primeiro-ministro.
- No período, foram sancionadas, entre outras, as seguintes leis ordinárias: Lei nº 3.924, de 26 de julho, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei nº 4.020, de 20 de dezembro, que considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal; Lei nº 4.024, de 20 de dezembro, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



1962

• Desde a promulgação da Constituição de 1946, foi esta a primeira vez que se elegeu presidente para o Senado Federal entre os senadores. O cargo de Vice-Presidente da República foi extinto pelo artigo 23 da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil, pois o cargo é inexistente no parlamentarismo. Dessa forma, o cargo de presidente do Senado, que até então era ocupado pelo Vice-Presidente da República, passou a ser provido por um dos membros da própria Casa; nesta feita pelo **senador Auro de Moura Andrade**.

• Criação da Comissão do Distrito Federal, incumbida de estudar as proposições relativas ao Distrito Federal.

• O falecimento do senador Francisco Gallotti, em 16 de dezembro de 1961, deixou vaga uma das cadeiras da representação do Estado de Santa Catarina durante toda a sessão legislativa de 1962. Não havia suplente a ser convocado, pois o senador Gallotti era suplente do senador Nereu Ramos, que falecera em pleno exercício do mandato. Marcado para 03 de junho, o pleito destinado à escolha do novo titular e do seu suplente deixou de processar-se por falta de inscrição de candidatos. Assim, das 63 cadeiras representativas da composição da Casa apenas 62 tiveram ocupantes.

• Dois projetos de leis complementares à Emenda Constitucional nº 4 (Ato adicional) foram objetos de estudo nesta sessão. O primeiro, o projeto de lei complementar nº 2, de

1962, foi encaminhado à sanção pela Câmara dos Deputados e passou a constituir a primeira lei complementar ao Ato Adicional publicada sem número no Diário Oficial de 17 de julho (data da sanção). O segundo se transformou na Lei Complementar nº 2, ao Ato Adicional.

• A Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional, fixa a data do plebiscito para ratificar a escolha o sistema de governo.

• Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 4.070, que eleva o território do Acre à categoria de Estado; Lei nº 4.117, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; Lei nº 4.121, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada; Lei nº 4.131, que disciplina a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior; Lei nº 4.132, que define os casos de desapropriação por interesse social; e Lei nº 4.137, que regula a repressão ao abuso do poder econômico.

• Instalação do Salão Nobre.

• Instalação, no Plenário, do equipamento de votação eletrônica retirado do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro.

• Aquisição de um equipamento “Multilít-Offset”, para tornar possível a execução de trabalhos de impressão que não pudessem ser feitos com a devida presteza pela impressora oficial.

• O Senado iniciou a produção de material noticioso para o programa *A Voz do Brasil*, no horário reservado ao Congresso Nacional.



1963

• A Lei nº 4.070, de 1962, elevou o Território do Acre a Estado. Sua representação no Senado, a partir de 1963, elevou o número de senadores para 66.

• O senador Argemiro de Figueiredo e outros haviam apresentado o Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1962, no qual propunham a revogação da Emenda Constitucional nº 4 (Ato Adicional) e o restabelecimento do sistema presidencial. Terminada, na noite de 22 de janeiro, a sua tramitação, foi a Emenda Constitucional, que recebeu o nº 6, solenemente promulgada em sessão conjunta convocada para as 16 horas do dia 23, tendo sido publicada no Diário do Congresso Nacional correspondente a essa sessão, ainda no mesmo dia, a fim de que entrasse imediatamente em vigor.

• O Senado Federal enfrentava, desde o Rio Janeiro, dificuldades para imprimir a tempo as suas publicações (avulsos, anais, livros, entre outros). A Imprensa Nacional não conseguia prover os trabalhos com a urgência necessária. Foram feitas tentativas de utilizar as oficinas gráficas do IBGE e até mesmo gráficas particulares, mas essas tentativas se mostraram inadequadas. Com as mudanças para o Planalto, as dificuldades nesta área se agravaram enormemente. Máquinas foram adquiridas e a Comissão Diretora mandou preparar um galpão provisório onde foram instaladas, lançando, assim, as bases para os serviços gráficos. A Comissão Diretora julgou adequado pedir ao Senado Federal autorização para organizar adequadamente os serviços gráficos. Foi, então, promulgada a Resolução nº 20, de 1963, que autorizou a Comissão Diretora a organizar os Serviços Gráficos do Senado, para atender às necessidades da Casa em matéria de trabalhos de impressão e correlatos, utilizando o equipamento existente e outros que viessem a ser adquiridos.

• Finalização de um amplo edifício, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e executado pela Companhia Construtora Nacional, para abrigar os serviços gráficos. Início das obras destinadas à usina elétrica, também projetada pelo mesmo arquiteto e confiada à mesma construtora.

• Criação do Serviço de Informação Legislativa. No futuro, se tornaria a atual Subsecretaria de Edições Técnicas, responsável pela publicação da Revista de Informação Legislativa e várias publicações.

• O Senado Federal exerceu, pela primeira vez, as novas atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 33, da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, que determinou ser necessária a aprovação do Senado Federal dos nomes escolhidos para integrarem o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

• Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 4.215, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil; Lei nº 4.266, que institui o salário-família do trabalhador.

• Em 04 de dezembro, o senador Arnon de Melo (PDC-AL), atirou contra Silvestre Péricles (PTB-AL). Os tiros disparados por Arnon erraram o alvo e mataram acidentalmente o suplente de senador José Kairala (PSD-AC). A Presidência prendeu em flagrante e entregou à Justiça os dois membros da Casa e levou a efeito os atos processuais que a Constituição e o Regimento Interno impunham. O Senado Federal aprovou, em 07 de dezembro, a Resolução nº 35 e concedeu a permissão necessária para que as autoridades judiciárias pudessem atuar no caso.



1964

- Cumprindo o disposto no artigo 2º do Ato Institucional, o Congresso Nacional reuniu-se para eleger os novos Presidente e vice-Presidente da República. O General Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido para a Presidência e, para a Vice-Presidência, o deputado José Maria Alkimin.
- Durou exatamente 45 minutos a solenidade na qual o Marechal Castelo Branco tomou posse na Presidência da República, diante do Congresso Nacional, na tarde do dia 15 de abril. Na mesma ocasião, foi empossado o vice-Presidente.
- No dia 08 de junho de 1964, eram cassados o mandato e os direitos políticos do então senador por Goiás Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-Presidente do Brasil.
- Lançamento do primeiro fascículo da **Revista de Informação Legislativa**.
- Devido às frequentes interrupções na corrente elétrica, que acarretavam ocorrências desastrosas como a interrupção dos trabalhos do Plenário e o fato de senadores e funcionários ficarem presos nos elevadores, a Comissão Diretora optou pela instalação de usina elétrica de emergência, capaz de manter em funcionamento todos os órgãos da Casa. Sendo assim, foi autorizada a importação de quatro conjuntos de geradores dinamarqueses, sendo três de 250KVA e um de 480KVA.
- Destacam-se as seguintes leis incorporadas ao acervo legislativo do País nesta sessão legislativa: Lei nº 4.319, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Lei nº 4.504, que dispõe o Estatuto da Terra; Lei nº 4.516, que cria o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO); Lei nº 4.330, que regula o direito de greve; Lei nº 4.440, que institui o salário-educação.



Acervo Gráfica do Senado

1965

- Em 17 de fevereiro, foram inauguradas as **novas instalações do Serviço Gráfico**.
- Leis que foram produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 4.717, que regula a ação popular; Lei nº 4.729, que define o crime de sonegação fiscal; Lei nº 4.740, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos; Lei nº 4.771, que institui o novo Código Florestal.
- A Emenda Constitucional nº 17, de 26 de novembro de 1965, regulou o veto parcial, estipulando que deveria abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea por inteiro. Dessa maneira, desapareceram os vetos de palavras que, em tantos casos, mutilaram textos legais.

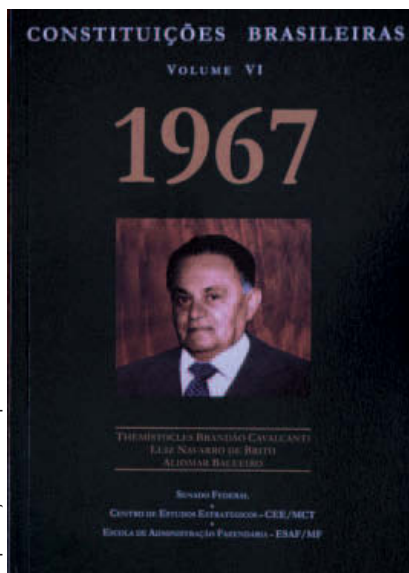


1966

- Principais leis ultimadas na sessão legislativa: Lei nº 5.027, que dispõe sobre o Código Sanitário do Distrito Federal; Lei nº 5.107, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Lei nº 5.108, que institui o Código Nacional de Trânsito.
- Novas atribuições do Senado foram introduzidas pela Lei nº 5.000, de 24 de maio e a Lei nº 5.010, de 30 de maio. A primeira, que dispõe sobre a concessão do aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior, estipulou (art. 8º, parágrafo 1º) que as operações de crédito a serem contratadas com essa finalidade, que ultrapassarem o limite fixado neste artigo, dependerão da aprovação ou ratificação do Senado Federal. A segunda organizou a Justiça Federal de primeira instância, determinou que a nomeação de juiz federal e de juiz federal substituto será precedida de assentimento do Senado Federal.
- No dia 03 de outubro, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, os membros do Congresso Nacional se reuniram para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República. Os únicos candidatos inscritos eram o Marechal

Arthur da Costa e Silva (para Presidente) e Pedro Aleixo (para Vice-Presidente). Compareceram à sessão 51 senadores e 285 deputados, mas apenas 253 deputados e 41 senadores votaram, e todos os 294 votos foram a favor do candidato único.

- Início dos estudos para organização e implantação da Rádio Congresso. Foram tomadas diligências para a realização de estudos e projetos para o estabelecimento de convênios com os produtores de equipamentos radiofônicos, no País e no exterior.
- Substituição dos microfones, tanto da Mesa como das bancadas, para obtenção de maior funcionalidade.
- O Ato Complementar nº 23, 20 de outubro, **decreta o recesso do Congresso Nacional** a partir da data do Ato até 22 de novembro.
- O Ato Institucional nº 4, de 07 de dezembro de 1966, convoca extraordinariamente o Congresso Nacional com o objetivo de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.



1967

- No dia 24 de janeiro, foi promulgada a **Constituição de 1967**.
- A Constituição de 1967 determinou que o Senado Federal fosse composto por três senadores, representantes dos estados. Cada senador seria eleito com seu suplente.
- A nova Constituição estabeleceu que o Senado Federal deveria legislar pelo Distrito Federal.
- No dia 15 de março, às 10 horas e 45 minutos, realizou-se a sessão destinada à posse do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e do Vice-Presidente, Pedro Aleixo.
- Principais leis aprovadas nesta sessão legislativa: Lei nº 5.275, que dispõe sobre o salário-mínimo de menores; Lei nº 5.316, que integra o seguro de acidentes de trabalho na previdência social; Lei nº 5.327, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.
- Na madrugada do dia 23 de agosto, os meios parlamentares foram abalados com a triste e inesperada notícia do

falecimento de **Isaac Brown**, secretário-geral da Presidência do Senado.

- Nascido em 15 de abril de 1900, no Rio de Janeiro, Isaac Brown colou grau na Faculdade Nacional de Medicina em 1931, mas, em 1926, já havia começado sua carreira pública como amanuense na Prefeitura do antigo Distrito Federal. Posteriormente, entrou por concurso público na Câmara dos Deputados. Instalada a Assembleia Constituinte, em 1946, foi nomeado secretário de sua Presidência, então exercida por Mello Vianna. Tão logo concluídos os trabalhos constituintes, foi o Dr. Isaac Brown nomeado secretário-geral da Presidência do Senado.
- Em homenagem à sua memória, o Senado não realizou a sua sessão ordinária do dia 23 de agosto, tendo dedicado a do dia seguinte à exaltação de sua personalidade. Ele foi ainda homenageado na sessão do Congresso Nacional do dia 23. No mesmo dia, a Câmara dos Deputados consignou um voto de profundo pesar pelo seu falecimento. Seu corpo foi velado no Salão Negro do Senado.



Reprodução Elvio Gasparotto

1968

- Principais leis ultimadas na sessão legislativa: Lei nº 5.443, que dispõe sobre a apresentação dos símbolos nacionais; Lei nº 5.453, que institui o sistema de sublegendas; Lei nº 5.479, que dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e parte de cadáver para finalidade terapêutica e científica; Lei nº 5.512, que autoriza a construção da Ponte Rio-Niterói; Lei nº 5.536, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas e cria o Conselho Superior de Censura; Lei nº 5.537, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP).
- Pela primeira vez, desde a promulgação da Constituição de 1967, o Senado Federal teve oportunidade de tomar conhecimento e decidir sobre a proposta do Presidente da República, relativamente à proibição e limitação temporária de emissão e lançamento de obrigações, de qualquer natureza, dos estados e municípios (art. 69, parágrafo 1º, “C”, da Constituição Federal). Assim sendo, o Senado Federal editou a Resolução nº 58, de 1968.
- Em 13 de dezembro, entra em vigor o **Ato Institucional nº 5**, que deu poderes excepcionais ao Presidente da República e suspendeu várias garantias constitucionais.
- O Poder Executivo baixou o Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro, que decretou o recesso do Congresso Nacional, a partir da data do Ato.

1969

- Em 17 de outubro, foi **outorgada a Emenda Constitucional nº 1**, modificando praticamente toda a Constituição de 1967 e mantendo o AI-5.
- Não houve eleição da Mesa do Senado, pois o Ato Complementar nº 48, de 24 de fevereiro, prorrogou, enquanto durasse o recesso parlamentar, o mandato das Comissões ou Mesas Diretoras do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais.
- O Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, prorrogou novamente o mandato da Mesa Diretora, dessa vez até o dia 31 de março de 1970.
- O recesso foi suspenso em 22 de outubro de 1969, por intermédio do Ato Complementar nº 72, de 15 de outubro.
- Cinco senadores (Aarão Steinbruch, João Abrahão, Arthur Virgílio, Mário Martins e Pedro Ludovico) tiveram seus mandatos cassados, na forma do artigo 4 do Ato Institucional nº 5. Seus lugares ficaram vagos até a eleição seguinte, conforme o disposto no parágrafo único do referido artigo. Dessa forma, durante os anos de 1969 a 1970, existiam no Senado 61 representantes dos estados.
- Foi declarado vago, por intermédio do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro, o cargo de Presidente da República,



em virtude da enfermidade que acometeu o Presidente Costa e Silva. Da mesma forma, foi declarado vago o cargo de Vice-Presidente da República. O mesmo ato determinou que a eleição para os dois cargos fosse realizada no dia 25 de outubro, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e com votação nominal. Para procederem à eleição reuniram-se, no dia 25 de outubro, às 15 horas, as duas Casas do Congresso Nacional. Com a presença de 368 congressistas, o candidato Emílio Garrastazu Médici recebeu 293 votos e houve 75 abstenções. Foi proclamado eleito Vice-Presidente, em virtude da eleição do Presidente da República, o Almirante de Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grünewald.

- A cerimônia de posse do Presidente e Vice-Presidente da República aconteceu no dia 30 de outubro.
- Também no dia 30 de outubro entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro, que veio a reformar profundamente a Constituição de 1967.
- A produção legislativa, devido ao recesso, limitou-se a 11 leis, uma lei complementar e uma emenda constitucional. Em contraposição, o Poder Executivo baixou 665 decretos-leis.

1970

- Início das obras de construção do Anexo II do Senado Federal.
- Ampliação das instalações do Serviço Gráfico.
- Foram sancionadas, entre outras, a Lei nº 5.648, que cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial; a Resolução do Senado nº 93, que dá nova redação do **Regimento Interno do Senado Federal**; a Resolução do Congresso nº 1, que promulga o regimento comum do Congresso Nacional.



Acervo do Senado

1971

- As principais leis produzidas na sessão legislativa: Lei nº 5.682, de 21 de julho, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos; Lei nº 5.692, de 11 de agosto, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus; Lei nº 5.726, de 29 de outubro, que dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica; Lei nº 5.727, de 04 de novembro, que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974; Lei nº 5.765, de 18 de dezembro, que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa; Lei nº 5.772, de 21 de dezembro, que institui o Código da Propriedade Industrial.

1972

- A Emenda Constitucional nº 3, de 1972, alterou o período de funcionamento do Congresso Nacional, que começou a reunir-se de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 05 de dezembro.
- Foi implantada a reestruturação administrativa da Casa, elaborada por um grupo de trabalho, liderado pelo primeiro-secretário, senador Ney Braga.
- **Criação do Departamento de Informação**, que no futuro se transformaria na Secretaria de Informação e Documentação (SIDOC), responsável pela publicação da Revista **SENATUS**.
- Criação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).
- Na sessão legislativa, destacam-se as seguintes leis: Lei nº 5.829, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN); Lei nº 5.851, que institui a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Lei nº 5.859, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.



1973

- O presidente do Senado Federal, **senador Filinto Müller**, morreu no dia do seu aniversário, 11 de julho, em um acidente aéreo em Paris, junto com sua esposa e neto. Devido ao seu falecimento, ficou vaga a presidência da Casa e, para preenchê-la, foi escolhido o senador Paulo Torres. Com a ascensão do senador Paulo Torres à presidência da Casa, o senador Antônio Carlos foi eleito para ocupar a 1ª vice-presidência.
- O Plenário foi completamente reformulado, com base em projeto encomendado ao arquiteto Oscar Niemeyer. As bancadas dos senadores e a mesa diretora passaram por reformas, bem como todo o sistema de som, de acústica e iluminação. Foram substituídos os microfones das bancadas e instalado um sistema de votação eletrônico acoplado a um computador. As operações de separação, contagem e soma de votos podiam ser realizadas em 60 segundos. As poltronas têm novo estilo. Por trás da mesa diretora, foi criado um painel aluminizado com cristal fumê. Niemeyer diz que em tudo pretende manter o equilíbrio entre beleza plástica e sobriedade, como convém à Câmara Alta.
- Instalação de um estúdio de gravação no Anexo II para atendimento aos senadores, no tocante às gravações de programas e reportagens, especialmente ao horário da *Voz do Brasil* durante o recesso parlamentar.
- Foram instalados seis auditórios para reuniões das comissões permanentes. Todos são equipados com cabine com todos os recursos necessários à sonorização, gravação, etc.
- Criação, pela Secretaria de Informação do Senado Federal, do Sistema de Informação Jurídica (SIJUR). Era um empreendimento sem similar no País. Consistia no tratamento das informações jurídicas (legislação, jurisprudência e doutrina) para uso por computadores. A Subsecretaria de Análise desenvolveu a base de dados NJUR, para o controle e a recuperação da legislação federal de hierarquia superior e a Subsecretaria de Biblioteca criou as bases de dados BIBR e PERI, com o intuito de controlar e recuperar as informações contidas nos livros e periódicos, respectivamente.
- Entre as leis produzidas no período destacam-se: Lei nº 5.869, de 11 de janeiro que institui o Código de Processo Civil; Lei nº 5.889, de 08 de junho, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro, que institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Lei nº 5.988, de 14 de dezembro, que regula os direitos autorais; Lei nº 6.001, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro, que dispõe sobre os registros públicos.



1974

- Reunião, em 15 de janeiro, do Colégio Eleitoral, sob a direção da Mesa do Senado Federal, destinada a proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da República. O Colégio Eleitoral era composto por integrantes do Congresso Nacional e de delegados escolhidos pelas assembleias legislativas estaduais. Compareceram 499 membros, dos quais 375 eram parlamentares e 124 representantes e delegados dos Legislativos estaduais. Dos votos apurados, 400 foram dados aos candidatos Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, 76 aos candidatos Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Foram registradas 21 abstenções.

- Das 181 leis ordinárias produzidas na sessão legislativa, salientam-se: Lei nº 6.036, de 1º de maio, que dispõe sobre a criação, na Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento, e sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Lei nº 6.050, de 24 de maio, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas de abastecimento quando existir estação de tratamento; Lei nº 6.086, de 15 de julho, que dispõe sobre o salário-mínimo dos menores; Lei nº 6.088, de 16 de julho, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São

Francisco (CODEVASF); Lei nº 6.091, de 15 de agosto, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais; Lei nº 6.093, de 29 de agosto, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); Lei nº 6.118, de 09 de outubro, que dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Social; Lei nº 6.136, de 07 de novembro, que inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social; Lei nº 6.168, de 09 de dezembro, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS); Lei nº 6.179, de 11 de dezembro que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos; Lei nº 6.194, de 19 de dezembro, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

- Entre as leis complementares, destaca-se a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho, que dispôs sobre a **fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara**.

- O Senado, em 18 de setembro, aprova a indicação do almirante Faria Lima como governador do futuro estado do Rio de Janeiro.



1975

- Em 17 de abril, é instalada uma comissão especial incumbida de julgar se houve ou não falta de decoro parlamentar no episódio que envolveu o senador Wilson Campos, acusado de exigir propina para interceder junto ao Banco do Estado de Pernambuco na concessão de um aval, incidente que ficou conhecido como “Caso Moreno”. Em 15 de junho, a comissão opina pelo arquivamento do caso. No dia 29 do mesmo mês, o Plenário da Casa absolve o senador.
- O Presidente da República, em 1º de julho, com apoio no Ato Institucional nº 5, cassou o mandato do senador Wilson Campos, da representação do Estado de Pernambuco. Portanto, durante os anos de 1975 a 1978, o Senado tinha em sua composição 65 senadores.
- Durante a 45ª legislatura (1975-1978) ocorreram alterações na representação em virtude das disposições constantes dos artigos 8 e 28 da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, que unificou os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a partir de 15 de março de 1975. Os senadores que representavam esses dois estados passaram a integrar a representação do novo estado que ficou, assim, com número duplo na composição da Casa, isto é, com seis senadores: quatro com mandatos a terminar em

31 de janeiro de 1979 e dois eleitos a 15 de novembro de 1974, com mandato de oito anos.

- Em outubro, o Senado Federal aprovou o **Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental**.
- Durante a sessão legislativa foram realizadas 222 sessões plenárias, sendo 156 ordinárias, 64 extraordinárias e duas especiais. No período, foram produzidas 120 leis ordinárias, com destaque para: Lei nº 6.218, de 07 de julho, que estabelece área de atuação da Sudene; Lei nº 6.229, de 17 de julho, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde; Lei nº 6.236, de 18 de setembro, que determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral; Lei nº 6.251, de 08 de outubro, que institui normas gerais sobre desportos; Lei nº 6.292, de 15 de dezembro, que dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Lei nº 6.301, de 15 de dezembro, que institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS); Lei nº 6.310, de 15 de dezembro, que autoriza a instituição da Fundação Projeto Rondon.



1976

- Foi comemorado o sesquicentenário do Senado Federal, com extensa programação que incluiu exposições, ciclos de palestras, lançamento de fascículo especial da Revista de Informação Legislativa, cunhagem da medalha comemorativa e a organização do *Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político*.
- Conclusão da obra do Anexo II, na gestão do presidente Magalhães Pinto.
- O cientista **Albert Sabin** visitou o Serviço Médico do Senado, com a intenção de conhecer o *Dicionário de Textos Médicos*, desenvolvido por aquele setor.
- Foram realizadas 234 sessões plenárias, sendo 156 ordinárias, 74 extraordinárias e quatro especiais. Foram produzidas, entre outras, as normas: Lei nº 6.354, de 02 de setembro, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol; Lei nº 6.385, de 07 de dezembro, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro, que dispõe sobre as sociedades por ações.
- Foi aprovada, também, a Lei nº 6.339, de 1º de julho, conhecida com a Lei Falcão, que restringiu a propaganda eleitoral por rádio e televisão.

1977

- O **Estado do Mato Grosso do Sul** foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 1977.
- Em agosto de 1977, foi organizado um movimento oposicionista no Congresso Nacional em favor de uma Assembleia Constituinte. A campanha pela Constituinte foi oficialmente aberta com discursos dos líderes do MDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Freitas Nobre e Franco Montoro.
- Por ato do Presidente da República, fundado no Ato Institucional nº 5, de 13 de setembro de 1968, foi decretado o recesso do Congresso Nacional no período de 1º a 15 de abril de 1977.
- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 6.435, de 15 de julho, que dispõe sobre as entidades de previdência privada; Lei nº 6.439, de 1º de setembro, que institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social; Lei nº 6.453, de 17 de outubro, que dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares; Lei nº 6.463, de 09 de novembro, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação; Lei nº 6.515, de 26 de dezembro, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos.
- Neste ano, foram aprovadas duas importantes emendas à Constituição: a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril, que criou os “senadores biônicos”, eleitos pelo voto do Colégio Eleitoral; e a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho, conhecida como a Emenda do Divórcio.

1978

- O Estado do Rio de Janeiro elegeu mais dois senadores (Amaral Peixoto e Nelson Carneiro), somando-se aos dois representantes desse estado eleitos a 15 de novembro de 1974. Isso explica o fato dessa legislatura iniciar seus trabalhos com 67 senadores. Esse número permaneceu durante toda a 46ª legislatura (1979-1982).

- Em sessão realizada às 9 horas do dia 15 de outubro de 1978, e presidida pela Mesa do Senado Federal, o Colégio Eleitoral, integrado pelos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e pelos delegados das assembleias legislativas, deliberou sobre a eleição do Presidente da República, registrando, a votação, o seguinte resultado: General-de-Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, 355 votos; General-de-Exército Euler Bentes Monteiro, 226 votos.

- O senador Teotônio Vilela, juntamente com o ex-vice-governador da Guanabara, Rafael de Almeida Magalhães, lançou, em abril, o *Projeto Brasil*, documento em que pregava, entre outras medidas, a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e das medidas punitivas por ele propiciadas; e defendia as eleições diretas para a Presidência da República

e para os governos estaduais, a volta do pluripartidarismo, a liberdade de organização sindical, a anistia política e a abolição de qualquer censura à Imprensa.

- Neste ano legislativo destacam-se as normas: Lei nº 6.534, de 26 de maio, que dispõe sobre a escolha e o registro, pelos partidos políticos, de candidatos às eleições de 1978, para governadores e vice-governadores, senadores e deputados federais e estaduais; Lei nº 6.538, de 22 de junho, que dispõe sobre os Serviços Postais; Lei nº 6.550, de 05 de julho, que estabelece diretrizes para a classificação de cargos, empregos e funções do Serviço Civil dos Territórios Federais; Lei nº 6.560, de 18 de setembro, que dispõe sobre a incidência de Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos nos óleos lubrificantes de origem vegetal, automotivos e industriais; Lei nº 6.620, de 17 de dezembro, que define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento.

- A Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro, revogou o AI-5.



1979

• Tomaram posse, no dia 15 de março, perante o Congresso Nacional, **João Baptista de Oliveira Figueiredo** e Antonio Aureliano Chaves de Mendonça nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.

• Destacam-se as seguintes leis incorporadas ao acervo legislativo do País nesta sessão legislativa: Lei nº 6.649, de 16 de maio, que regula a locação predial urbana; Lei nº 6.662, de 25 de junho, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 6.683, de 28 de agosto, que concede anistia; Lei nº 6.697, de 10 de outubro, que institui o Código de Menores; Lei nº 6.698, de 15 de outubro, que dispõe sobre o reajuste do aluguel nas locações residenciais; Lei nº 6.728, de 22 de novembro, que institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções em empresas públicas ou assemelhadas; Lei nº 6.728, de 22 de novembro, que institui a obrigatoriedade de declaração

de bens para o exercício de cargos ou funções em empresas públicas ou assemelhadas; Lei nº 6.733, de 04 de dezembro, que dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União; Lei nº 6.739, de 05 de dezembro, que dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais; Lei nº 6.750, de 10 de dezembro, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios; Lei nº 6.765, de 18 de dezembro, que altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo que o empregado optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) utilize sua conta vinculada para pagamento de prestações da casa própria; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; Lei nº 6.767, de 20 de dezembro, que modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 que, em seu artigo 2º, extinguiu os partidos políticos existentes.



1980

- Inauguração, em 22 de outubro, da Ala Nilo Coelho, onde funcionam as comissões permanentes. Foi construída na gestão do primeiro-secretário Alexandre Costa, com base em projeto do arquiteto Oscar Niemeyer.
- A Emenda Constitucional nº 15, de 1980, restabeleceu o sistema de **voto direto nas eleições para governador de estado e para senador da República**. A proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo Governo, foi aprovada pelo Congresso Nacional sem nenhum voto contra.
- Destaque para as seguintes normas produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 6.815, de 19 de agosto, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e cria o Conselho Nacional de Imigração; Lei nº 6.821, de 17 de setembro, que cancela penas impostas ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído; Lei nº 6.854, de 17 de novembro, que dispõe sobre a consolidação de débitos previdenciários, e pagamentos parcelados; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

1981

- Em maio, é colocada uma granada de plástico na tribuna de honra do Plenário do Senado Federal. Em junho, é ampliado o sistema de segurança da Casa, colocando em atividade o sistema de televisão interna.
- O Senado Federal fez realizar 226 sessões plenárias, sendo 151 ordinárias, 72 extraordinárias e três especiais.
- Foram sancionadas, entre outras, a Lei nº 6.924, de 29 de junho, que cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica; e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.



1982

- Neste ano, foram realizadas 190 sessões plenárias: 140 ordinárias, 48 extraordinárias e duas especiais.
- Foram produzidas, entre outras, as seguintes normas: Lei nº 6.989, de 05 de maio, que dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos; Lei nº 7.004, de 24 de junho, que institui o Programa de Previdência Social aos Estudantes; Lei nº 7.019, de 31 de agosto, que altera o Código de Processo Civil, para simplificar o processo de homologação judicial da partilha amigável e da partilha de bens de pequeno valor; Lei nº 7.070, de 20 de dezembro, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos portadores da “Síndrome da talidomida”.

1983

- O Território de **Rondônia** foi elevado a Estado, pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Seus representantes tomaram posse em 1983, aumentando o número de senadores para 69.
- Foram realizadas 232 sessões plenárias, 157 ordinárias, 70 extraordinárias e cinco especiais.
- A emenda do senador Murilo Badaró (PDS-MG) alterando a Lei das Inelegibilidades, contida no pacote eleitoral, foi aprovada após mais de 20 horas de sessão ininterrupta – uma das mais longas da história do Senado Federal. A emenda era composta por nove artigos que estendiam os benefícios da anistia aos cassados e restringiam a inelegibilidade aos condenados cuja pena mencionasse explicitamente sua condição de inelegíveis.
- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 7.106, de 28 de junho, que define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários; Lei nº 7.136, de 27 de outubro, que dispõe sobre a eleição para prefeito e vice-prefeito em municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança nacional; Lei nº 7.170, de 14 de dezembro, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento.

1984

- O Senado Federal fez realizar 258 sessões plenárias: 153 ordinárias, 103 extraordinárias e duas especiais.
- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 7.210, de 11 de julho, que institui a Lei de Execução Penal; Lei nº 7.232, de 29 de outubro, que dispõe sobre a Política Nacional de Informática; Lei nº 7.244, de 07 de novembro, que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas; Lei nº 7.273, de 10 de dezembro, que dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores; Lei nº 7.295, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da administração indireta.



1985

• Na produção legislativa do ano, destaque para: Lei nº 7.347, de 24 de julho, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO); Lei nº 7.357, de 02 de setembro, que dispõe sobre o cheque; Lei nº 7.365, de 13 de setembro, que dispõe sobre a fabricação de detergentes não-biodegradáveis; Lei nº 7.405, de 12 de novembro, que torna obrigatória a colocação do “**Símbolo Internacional de Acesso**” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência; Lei nº 7.418, de 16 de dezembro, que institui o Vale-Transporte; Lei nº 7.431, de 17 de dezembro, que institui no Distrito Federal o imposto sobre a propriedade de veículos automotores; Lei nº 7.437, de 20 de dezembro, que inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos

resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951 (Lei Afonso Arinos); Lei nº 7.444, de 20 de dezembro, que dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado.

• A Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro, determina que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

• Organização do Seminário *O Legislativo e o Orçamento*.

• Criação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), por meio da Resolução do Senado nº 22, deste ano; e da Comissão de Fiscalização e Controle, criada por intermédio da Resolução do Senado nº 8, deste ano.



1986

- O Senado Federal fez realizar 371 sessões plenárias: 133 ordinárias, 237 extraordinárias e uma especial.
- Para subsidiar os trabalhos dos constituintes, a Subsecretaria de Edições Técnicas fez publicar: *Constituição Federal e Constituições Estaduais*, em quatro volumes; *Constituição do Brasil e Constituições estrangeiras*, em três volumes; *Anteprojeto constitucional: quadro comparativo*; *Constituição da República Federativa do Brasil: quadro comparativo*; *Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil*; *Constituições do Brasil*; *Constituições estrangeiras*, em quatro volumes.
- Implantação da Central de Videoteipe do Senado Federal.
- Organização – com a co-participação da Câmara dos Deputados – do *II Encontro Nacional de Diretores de Legislativos* e do *I Encontro de Servidores de Legislativos*.
- Desenvolvimento do **Projeto de biografia dos senadores do Império e da República**, visando consolidar e sistematizar as informações básicas sobre cerca de mil senadores brasileiros, visto que grande parte das suas biografias só poderiam ser encontradas de forma dispersa em várias publicações.
- Promoção de estudos para a estruturação de um programa articulado de visitação do Senado Federal.
- Na sessão legislativa, destacam-se as seguintes leis: Lei nº 7.463, de 17 de abril, que dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN); Lei nº 7.492, de 16 de junho, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional; Lei nº 7.508, de 04 de julho, que institui normas para a propaganda eleitoral; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.



1987

- A Emenda Constitucional nº 25, de 1985, alterou novamente a composição do Senado, retornando ao Distrito Federal a prerrogativa de eleger representantes ao Senado Federal. Portanto, o Senado passou a ter 72 senadores.
- O PRODASEN desenvolve um Sistema de Apoio à Assembleia Constituinte (SAIC), que armazenou e controlou as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros.
- **Jornal da Constituinte**, veículo de comunicação escrita, com circulação nacional, para divulgação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com tiragem de 100.000 exemplares.
- No âmbito do Programa de apoio informático à Assembleia Nacional Constituinte, o Prodasen implantou a base de dados com todas as constituições brasileiras e grande número de constituições estrangeiras.
- A Assembleia Constituinte foi instalada em 1º de fevereiro. No dia seguinte, o deputado Ulisses Guimarães é eleito seu presidente.
- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 7.644, de 18 de dezembro, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social; Lei nº 7.646, de 18 de dezembro, que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País.
- Apesar do número limitado de sessões, em consequência do funcionamento prioritário da Assembleia Nacional Constituinte, o Senado Federal conseguiu os seguintes dados de desempenho: realizou 95 sessões; 50 projetos foram enviados à sanção presidencial; 11 projetos foram enviados à Câmara dos Deputados para revisão ou apreciação de emendas; 452 projetos promulgados; apreciação de 43 mensagens do Presidente da República; convocação de dois ministros de Estado.
- A Resolução do Senado nº 1, de 1987, cujo projeto tramitou em regime de urgência, estabeleceu as normas para o funcionamento da Casa durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.



1988

- O Senado Federal assina convênio com o Ministério da Cultura, visando a preservação da memória do patrimônio artístico da Casa.
- Para atender às necessidades dos Constituintes, o Centro Gráfico do Senado imprimiu os diários da **Assembleia Nacional Constituinte** e seus suplementos, milhares de sugestões e emendas avulsas, dezenas de projetos de resolução e de anteprojetos das subcomissões e comissões temáticas, dezenas de milhares de emendas oferecidas aos anteprojetos, dezenas de relatórios, pareceres e substitutivos, além do projeto da Comissão de Sistematização e milhares de emendas oferecidas a ele.
- **A nova Constituição brasileira** é promulgada no dia 05 de outubro.
- Até a promulgação da Constituição, e conseqüente dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, o Senado Federal funcionou em regime de sessões extraordinárias

não coincidentes com os trabalhos de elaboração da nova Constituição. Mesmo assim, cumpriu seu papel, pois aprovou 174 projetos de resolução; apreciou mensagens presidenciais referentes à nomeação de autoridades; deliberou sobre 77 projetos de lei e 15 projetos de decreto legislativo com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados; tiveram, ainda, iniciadas as tramitações de 106 projetos de lei de iniciativa de senadores.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 7.649, de 25 de janeiro, que estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue, bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando prevenir a propagação de doenças; Lei nº 7.685, de 02 de dezembro, que dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal em território nacional; Lei nº 7.689, de 15 de dezembro, que institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.



1989

• O número de senadores aumentou para 75, conforme o disposto no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que determinou a criação do Estado de Tocantins e, conseqüentemente, a eleição de três senadores para representar o estado. Os primeiros senadores tocantinenses foram: Moysés Abrão Neto, Antonio Luiz Maia e Carlos Patrocínio, todos filiados ao Partido Democrata Cristão (PDC).

• A Constituição de 1988 estabeleceu nova concepção no processo de elaboração das leis, inteiramente diverso da prevalente no período anterior. Foi aprovado, então, o novo Regimento Interno do Senado Federal, a Resolução nº 18, de 1989, espelhando, no processo legislativo, a nova ordem constitucional estabelecida.

• O Congresso Nacional despendeu um esforço inédito na apreciação de medidas provisórias, que exige decisão rápida. Desde a promulgação da Constituição, o Presidente da República editou 127 medidas provisórias, uma a cada três dias úteis.

• Pela primeira vez, o Senado Federal manifestou-se sobre a indicação do procurador-geral da República, do presidente e do diretor do Banco Central.

• Criação da Central de Vídeo do Senado Federal.

• **Restauração dos móveis do antigo plenário do Senado Federal**, no tempo em que funcionava no Palácio Monroe.

• Na sessão legislativa destacam-se as seguintes normas: Lei nº 7.716, de 05 de janeiro, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; Lei nº 7.740, de 16 de março, que cria a Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia; Lei nº 7.773, de 08 de junho, que dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República; Lei nº 7.788, de 03 de julho, que dispõe sobre a política salarial; Lei nº 7.797, de 10 de julho, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente; Lei nº 7.802, de 11 de julho, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; Lei nº 7.839, de 12 de outubro, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Lei nº 7.913, de 07 de dezembro, que dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários; Lei nº 7.927, de 14 de dezembro, que cria o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Lei nº 7.960, de 21 de dezembro, que dispõe sobre prisão temporária.



1990

- O presidente do Senado Federal, senador Nelson Carneiro, exerceu a Presidência da República no período de 28 de fevereiro a 1º de março, devido à viagem do Presidente da República ao Uruguai e ao impedimento do presidente da Câmara dos Deputados para assumir o cargo.

- A Secretaria de Informação e Documentação, por intermédio do grupo de tradutores, providenciou a tradução da Constituição de 1988, a pedido da Presidência da Casa.

- Na produção legislativa do ano, destaque para: Lei nº 8.002, de 14 de março, que dispõe sobre a repressão de infrações atentatórias contra os direitos do consumidor; Lei nº 8.009, de 29 de março, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família; Lei nº 8.031, de 12 de abril, que cria o Programa Nacional de Desestatização; Lei nº 8.069, de 13 de julho, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.073, de 30 de julho, que estabelece a Política Nacional de Salários; Lei nº 8.078, de 11 de setembro, que dispõe sobre a proteção do consumidor; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; Lei nº 8.114, de 12 de dezembro, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social; Lei nº 8.137, de 27 de dezembro, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo.

- No dia 15 de março, **Fernando Collor de Mello** tomou posse, no Congresso Nacional, como Presidente da República.



1991

- Foram realizadas mais de 220 sessões plenárias, 700 proposições legislativas foram apreciadas e houve, ainda, a instalação da **Comissão Parlamentar do Mercosul**.

- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 8.158, de 08 de janeiro, que institui normas para a defesa da concorrência; Lei nº 8.159, de 08 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; Lei nº 8.176, de 08 de fevereiro, que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis; Lei nº 8.184, de 10 de maio, que dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos; Lei nº 8.212, de 24 de julho, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio; Lei nº 8.213, de 24 de julho, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; Lei nº 8.242, de 12 de outubro, que cria o Conselho Nacional dos

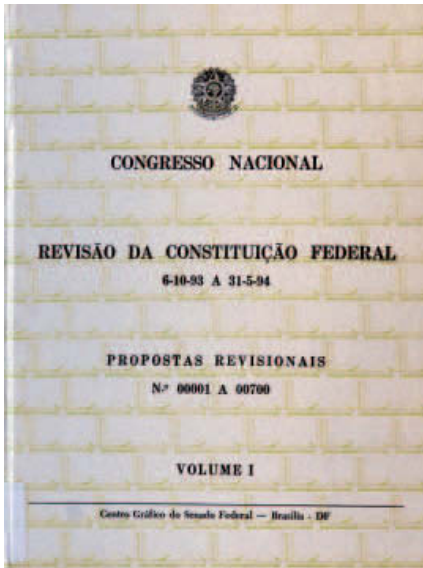
Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Lei nº 8.244, de 16 de outubro, que dispõe sobre o II Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN); Lei nº 8.250, de 24 de outubro, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização; Lei nº 8.315, de 23 de dezembro, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Lei nº 8.389, de 30 de dezembro, que institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal; Lei nº 8.390, de 30 de dezembro, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais; Lei nº 8.394, de 30 de dezembro, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República.



1992

- Em virtude de denúncias formuladas pelo irmão do Presidente da República, Pedro Collor de Mello, sobre as atividades de Paulo Cesar Cavalcanti Farias, foi criada no Congresso Nacional, por meio do Requerimento nº 52, de 1992-CN, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo com primeiro signatário o senador Humberto Lucena e subscrito por mais 35 senadores e 179 deputados. O relatório desta CPMI desencadeou o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 8.397, de 06 de janeiro, que institui medida cautelar fiscal; Lei nº 8.429, de 02 de junho, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; Lei nº 8.436, de 25 de junho, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; Lei nº 8.472, de 14 de outubro, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal; Lei nº 8.489, de 18 de novembro, que dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos; Lei nº 8.501, de 30 de novembro, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas; Lei nº 8.560, de 29 de dezembro, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento.



1993

- Instalação da CPI do Orçamento, que investigou os parlamentares responsáveis pela elaboração do Orçamento da União, que propunham emendas ao orçamento com fins de enriquecimento ilícito. A CPMI desvendou um esquema de desvio de dinheiro público dividido em duas frentes. Em uma, parlamentares faziam emendas remetendo dinheiro para entidades filantrópicas ligadas a parentes e “laranjas”. Na outra, faziam-se acordos com empreiteiras para incluir verbas para grandes obras em troca de comissões. Dezoito deputados integrantes da Comissão foram citados no relatório final da CPI. Seis acabaram cassados, oito absolvidos e quatro preferiram renunciar ao mandato para fugir da punição e da inelegibilidade, entre eles o deputado baiano João Alves, apontado como mentor das fraudes.
- Instalação e início dos trabalhos de **revisão da Constituição Federal**, que continuou no ano de 1994.
- Com a renúncia do Presidente Fernando Collor, em 29 de dezembro de 1992, acuado por um processo de *impeachment*, que o Senado aprovaria no dia seguinte, o Vice-Presidente da República, Itamar Franco, foi empossado, formalmente, pelo Congresso Nacional, em razão da vacância do cargo de Presidente da República, em sessão

conjunta do Congresso Nacional, presidida pelo senador Mauro Benevides.

- Criação da Corregedoria do Senado com as seguintes atribuições: promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal; dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa; supervisão da proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar, e fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo senadores.
- Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.
- Ampliação do espaço físico da Biblioteca do Senado, oferecendo melhores condições aos usuários.
- Assinatura de convênio com o Ministério da Educação para publicação, por intermédio do Centro Gráfico, de vinte importantes obras de autores brasileiros, para distribuição nas bibliotecas e escolas públicas, atendendo a uma iniciativa dos senadores Darcy Ribeiro, José Sarney e João Calmon.
- Os senadores passaram a ter acesso, por meio de micro-computadores, ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 8.617, de 04 de janeiro, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros; Lei nº 8.624, de 04 de fevereiro, que dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2; Lei nº 8.641, de 31 de março, que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol, parcelamento dos débitos; Lei nº 8.642, de 31 de março, que dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA); Lei nº 8.646, de 07 de abril, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional; Lei nº 8.677, de 13 de julho, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social; Lei nº 8.706, de 14 de setembro, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte (SEST) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Lei nº 8.716, de 11 de outubro, que dispõe sobre a garantia do salário mínimo; Lei nº 8.723, de 28 de outubro, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; Lei nº 8.764, de 20 de dezembro, que cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes.

1994

- Nesta sessão legislativa ocorreu a continuação dos trabalhos de revisão da Constituição Federal que, iniciados em outubro de 1993, vieram a ser encerrados em 31 de maio de 1994. Ao final do trabalho, foram promulgadas seis emendas constitucionais de revisão.
- O Senado Federal deliberou sobre as mais diversas matérias; foram produzidas 131 leis ordinárias, e sobressaem as seguintes: Lei nº 8.842, de 04 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso; Lei nº 8.847, de 28 de janeiro, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Lei nº 8.851, de 31 de janeiro, que institui o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Planvasf); Lei nº 8.955, de 15 de dezembro, que dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (*franchising*); Lei nº 8.971, de 29 de dezembro, que regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.



1995

- Criação da TV Senado, por intermédio da Resolução do Senado nº 24, de 1995.
- Alteração da denominação do *Diário do Congresso Nacional*, seções I e II. O *Diário do Senado*, então, sob novo nome, passa a ser uma publicação independente.
- Lançamento do primeiro fascículo do *Jornal do Senado*, órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal.
- Criação do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal, que contou com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas.
- A internet passou a ser utilizada pelo Senado Federal em caráter experimental.
- Lançamento da primeira edição do *CD-Rom* de legislação brasileira - desenvolvido pela Subsecretaria de Informações, em conjunto com o PRODASEN -, reunindo 114.672 normas jurídicas de hierarquia superior, publicadas de 1946 até junho de 1995.
- Início do projeto *Conheça o Senado*: visita guiada de grupos de áreas específicas (estudantes, militares, profissionais liberais, turistas, entre outros).
- Inauguração da *Ala dos Estados*, localizado no corredor que liga o Anexo I ao Anexo II do Senado. O espaço se destina a exposições de artes, históricas ou cívicas.
- O Senado Federal votou 652 matérias, das quais 373

transformaram-se em emendas constitucionais, leis, decretos legislativos ou resoluções. Dentre as leis ordinárias, destaque para: Lei nº 9.010, de 29 de março, que dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase; Lei nº 9.012, de 30 de março, que proíbe as instituições federais de crédito de conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS; Lei nº 9.029, de 13 de abril, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho; Lei nº 9.055, de 1º de junho, que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contêm, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim; Lei nº 9.069, de 29 de junho, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL; Lei nº 9.079, de 14 de julho, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, com a adoção da ação monitória; Lei nº 9.099, de 26 de setembro, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais; Lei nº 9.138, de 29 de novembro, que dispõe sobre o crédito rural.



1996

- Criação da **Rádio Senado**, por intermédio da Resolução do Senado nº 60, de 1996.
- Início do serviço *Fala Cidadão*, por intermédio do telefone 0800-61221, que permite o contato direto da Casa com os cidadãos. Com esse serviço, o Senado Federal pode colher *feedback* imediato do trabalho dos senadores, pois são levantadas críticas, sugestões e comentários sobre a atuação dos parlamentares.
- Modernização do programa radiofônico *Jornal do Senado*, veiculado na *Voz do Brasil*, e disponibilizado seu *script*, no mesmo dia, para os gabinetes, por meio da rede de micro-computadores da Casa.
- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 9.294, de 15 de julho, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal; Lei nº 9.307, de 23 de setembro, que dispõe sobre a arbitragem; Lei nº 9.313, de 13 de novembro, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes

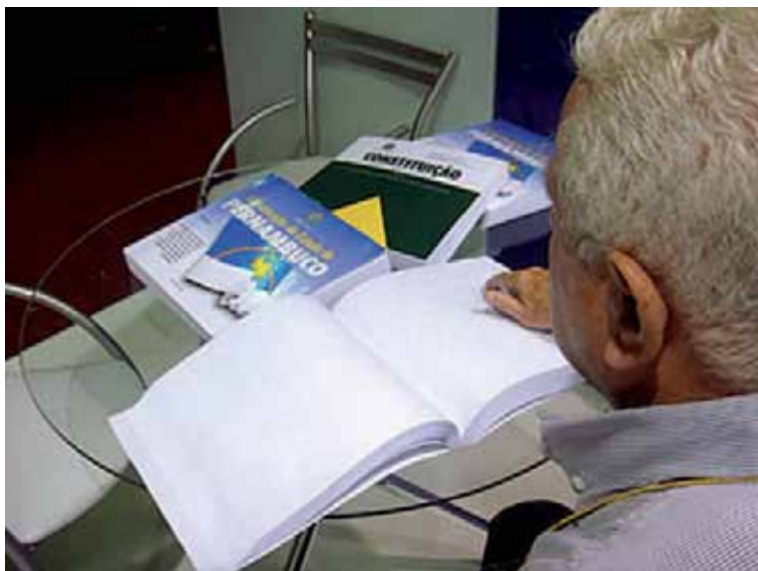
de AIDS; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 9.424, de 24 de dezembro, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

- Neste ano, foram promulgadas importantes emendas à Constituição: a décima trouxe modificações ao Fundo Social de Emergência, inclusive alterando sua denominação para Fundo de Estabilização Fiscal; a de número 11 permitiu a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concedeu autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica; a 14ª instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



1997

- Inauguração da exposição permanente *O Senado brasileiro do Império à República*, no Túnel do Tempo, no Senado Federal.
- Em 17 de novembro é lançado o **Programa Interlegis** do Senado Federal – A Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que tem entre seus objetivos modernizar e interligar os vários níveis do Legislativo, permitindo maior transparência e interação desse Poder com a sociedade.
- O Senado Federal fez realizar 191 sessões plenárias, sendo 109 sessões deliberativas ordinárias, seis deliberativas extraordinárias, 73 não-deliberativas e três especiais.
- Neste ano legislativo destacam-se as normas: Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento; Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro, que institui o Sistema Nacional de Armas (SINARM), estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes; Lei nº 9.455, de 07 de abril, que define os crimes de tortura; Lei nº 9.477, de 24 de julho, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual; Lei nº 9.494, de 10 de setembro, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; Lei nº 9.503, de 23 de setembro, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; Lei nº 9.507, de 12 de novembro, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*.



1998

- Lançamento de *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, coleção de CD-Rom com o áudio, na íntegra, de uma seleção de pronunciamentos, feitos por parlamentares de relevância político-parlamentar, sobre temas que se caracterizaram como marco da história brasileira.
- O Serviço de **Publicações em Braille**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, fez do Senado Federal uma instituição pioneira na edição e divulgação de uma coleção de publicações em linguagem específica para deficientes visuais.
- Os trabalhos publicados em Braille já somam 34 títulos da legislação federal, incluindo a Constituição Brasileira, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Doação de Órgãos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- Destacam-se as seguintes leis incorporadas ao acervo legislativo do País nesta sessão legislativa: Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro, que dispõe sobre as sanções penais e

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro, que dispõe sobre o serviço voluntário; Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais; Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; Lei nº 9.614, de 05 de março, que altera a Lei n. 7565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave; Lei nº 9.678, de 03 de julho, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior; Lei nº 9.703, de 17 de novembro, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais; Lei nº 9.710, de 19 de novembro, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

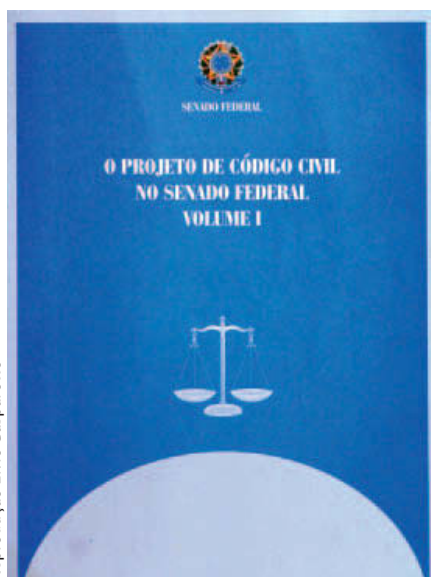


1999

- O Senado Federal apreciou 619 matérias no ano de 1999, aprovando 500 e determinando o arquivamento de 119. Foram realizadas 182 sessões plenárias, das quais 114 foram deliberativas. Também instalou as Comissões Parlamentares de Inquérito para apurar irregularidades e crimes nos sistemas judiciário e financeiro, respectivamente.
- Das dez propostas de emenda à Constituição, apreciadas pelo Senado neste ano, quatro foram promulgadas: a extinção da figura do juiz classista; a manutenção da CPMF com nova alíquota de cobrança; a alteração da competência do STF e do STJ em matéria de *habeas-corpus*; e a criação do Ministério da Defesa.
- No âmbito das Comissões, foram realizadas 241 reuniões, além de 20 reuniões de subcomissões; as sete Comissões Permanentes deliberaram sobre 374 matérias, algumas terminativamente, outras, enviadas à apreciação do Plenário da Casa. Esses órgãos técnicos ainda realizaram 65 audiências públicas, destinadas a um estudo mais aprofundado sobre os temas em debate.
- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 9.782, de 26 de janeiro, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro, que re-

gula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; Lei nº 9.797, de 06 de maio, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer; Lei nº 9.799, de 26 de maio, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho; Lei nº 9.800, de 26 de maio, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais; Lei nº 9.808, de 20 de julho, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional; Lei nº 9.818, de 23 de agosto, que cria o Fundo de Garantia à Exportação (FGE); Lei nº 9.832, de 14 de setembro, que proíbe o uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados; Lei nº 9.883, de 07 de dezembro, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a **Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)**.

- O programa *Visite o Senado*, da Subsecretaria de Relações Públicas, recebe o prêmio *Idéias em Relações Públicas*, na categoria *Imagem Pública Institucional*.



2000

- O Senado aprovou o **Projeto do Código Civil**, que já tramitava desde 1984 na Casa, e o remeteu à Câmara dos Deputados. Destacam-se as promulgações da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, criando o Fundo de Combate à Pobreza e da Emenda Constitucional nº 35, de 2000, que regulamenta a imunidade parlamentar.
- Em 28 de junho, foi promulgada a Resolução nº 51, de 2000, decretando a perda de mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), da representação do Distrito Federal, nos termos do art. 55, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.
- O Senado Federal fez realizar 175 sessões plenárias e oito reuniões, tendo realizado a primeira sessão em 21 de fevereiro de 2000, sendo: 93 sessões deliberativas ordinárias, seis deliberativas extraordinárias, 74 não-deliberativas e duas especiais.
- Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Lei nº 9.991, de 24 de julho, que

dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica; Lei nº 9.993, de 21 de julho, que destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia; Lei nº 9.994, de 21 de julho, que institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial; Lei nº 10.001, de 04 de setembro, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito; Lei nº 10.101, de 19 de dezembro, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa; Lei nº 10.168, de 29 de dezembro, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.



2001

- Criação da **Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS)**, por meio da Resolução nº 1, de 15 de janeiro.
- Inauguração da sede do Programa Interlegis.
- Algumas das leis que foram produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal (Refis); Lei nº 10.216, de 06 de abril, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental; Lei nº 10.219, de 11 de abril, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - “Bolsa Escola”; Lei nº 10.295, de 17 de outubro, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia; Lei nº 10.300, de 31 de outubro, que proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoal; Lei nº 10.359, de 27 de dezembro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.
- Lançamento da revista **SENATUS**.

2002

- Em 06 de março, foi publicado, no *Diário do Senado Federal*, página 1498, o Ato nº 1/2002, da Mesa do Senado Federal, declarando a perda de mandato do senador Fernando Matusalém, da representação do Estado de Rondônia, com base no art. 55, V, e § 3º da Constituição Federal.
- A TV Senado recebe o prêmio de melhor televisão, na categoria utilidade pública, concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA).
- Principais leis ultimadas nesta sessão legislativa: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro, que institui o Código Civil; Lei nº 10.436, de 24 de abril, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras); Lei nº 10.558, de 13 de novembro, que cria o Programa Diversidade na Universidade; Lei nº 10.608, de 20 de dezembro, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo; Lei nº 10.612, de 23 de dezembro, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante; Lei nº 10.633, de 27 de dezembro, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.



2003

- O Senado Federal participou da criação da TV Brasil Internacional e deu início ao processo de implementação de sinal aberto da TV Senado.

- Neste ano, quatro iniciativas do Senado Federal foram premiadas: o sítio do **Senado recebe o prêmio iBest 2003**; a Subsecretaria de Relações Públicas é agraciada com dois prêmios concedidos pelo Conselho Regional de Relações Públicas de São Paulo; o Senado Federal torna-se destaque nacional da Feira do Livro.

- O Senado Federal realizou neste ano 209 sessões, das quais 121 foram deliberativas, enviando à sanção presidencial 58 projetos de lei e encaminhando à Câmara dos Deputados 112 projetos. Examinou todas as 55 medidas provisórias que lhe foram submetidas. Aprovou 990 matérias de competência exclusiva ou privativa, como concessões de telecomunicações, acordos internacionais e operações de crédito.

- Em 11 de dezembro, foi aprovada, com 51 votos favoráveis e 24 contrários, a reforma da Previdência. No dia 16, um sábado, o Senado aprovou a chamada PEC paralela, para reaver alguns direitos dos servidores públicos.

- Foram discutidos projetos em defesa da pessoa portadora de deficiências e de cotas para o acesso de negros à universidade e ao emprego público. O Parlamento tomou a iniciativa de enfrentar um dos aspectos mais dramáticos da violência, as armas de fogo. Foi promovida a criação de uma

comissão especial conjunta de senadores e deputados para examinar o controle do porte e da venda de armas e munição e, em pouco mais de três meses, foi aprovado o Estatuto do Desarmamento.

- Na produção legislativa do ano, sobressaem as seguintes normas: Lei nº 10.638, de 06 de janeiro, que institui o Programa Permanente de Combate à Seca (PROSECA); Lei nº 10.650, de 16 de abril, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama; Lei nº 10.651, de 16 de abril, que dispõe sobre o controle do uso da talidomida; Lei nº 10.679, de 23 de maio, que dispõe sobre a atuação de advogado durante depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito; Lei nº 10.689, de 13 de junho, que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA); Lei nº 10.741, de 1º de outubro, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso; Lei nº 10.753, de 30 de outubro, que institui a Política Nacional do Livro; Lei nº 10.778, de 24 de novembro, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados; Lei nº 10.779, de 25 de novembro, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.



2004

- O Senado Federal recebe o prêmio *O Sul-Nacional e os Livros*, na categoria Destaque Nacional, em reconhecimento às personalidades e instituições que obtiveram destaque no desenvolvimento editorial e literário.
- O Programa Interlegis realizou o *I Censo do Legislativo*, com a intenção de fazer uma radiografia da situação das Casas Legislativas. Os recenseadores entrevistaram 12.495 pessoas para obter informações sobre a infra-estrutura física e tecnológica das Casas, os recursos humanos e a capacidade financeira, e os parlamentares, a migração partidária e a produção legislativa, levando em conta o grau de organização e transparência do processo legislativo.
- Em 17 de novembro, foi aprovada, depois de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, a reforma do Judiciário, com relatório do senador José Jorge (PFL-PE).

- Depois de 11 anos de tramitação, a Câmara dos Deputados aprova, em 14 de dezembro, o substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) à nova Lei de Falências.
- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 10.835, de 08 de janeiro, que institui a renda básica de cidadania; Lei nº 10.836, de 09 de janeiro, que cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003; Lei nº 10.861, de 14 de abril, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Lei nº 10.891, de 09 de julho, que institui a Bolsa-Atleta; Lei nº 10.978, de 07 de dezembro, que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.



2005

- Em 13 de dezembro, é declarada, por intermédio do Ato da Mesa nº 1, de 2005, a perda do mandato de senador João Capiberibe (PSB-AM), em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do art. 55 da Constituição Federal.
- Durante a 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, o Senado Federal fez realizar 225 sessões, sendo a primeira em 16 de fevereiro de 2005 e, a última, em 15 de dezembro de 2005. As deliberações legislativas do Senado estiveram sobrestadas por medidas provisórias, nos termos do art. 62, § 6º da Constituição Federal, em 66 das sessões plenárias deliberativas realizadas, sendo que, em 53 destas, deixou de haver deliberação sobre qualquer matéria legislativa.

- Na produção legislativa do ano, destacam-se, entre outras: Lei nº 11.097, de 13 de janeiro, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária; Lei nº 11.124, de 16 de junho, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS; Lei nº 11.128, de 28 de junho, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Lei nº 11.129, de 30 de junho, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude; Lei nº 11.182, de 27 de setembro, que cria a **Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)**.



2006

- O sistema de informações *Siga Brasil*, que apresenta dados sobre o Orçamento da União por meio da internet, é agraciado com o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação. O sistema foi desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, em parceria com a Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).
- O Senado Federal fez realizar 42 sessões. As deliberações legislativas estiveram sobrestadas por medidas provisórias, nos termos do art. 62, § 6º da Constituição Federal, em sete das sessões plenárias deliberativas realizadas, sendo que, em quatro destas, deixou de haver deliberação sobre qualquer matéria legislativa.
- Ao final do ano legislativo, foram produzidas 178 leis ordinárias, com destaque para: Lei nº 11.300, de 10 de maio, que dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação

de contas das despesas com campanhas eleitorais; Lei nº 11.340, de 07 de agosto, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei nº 11.341, de 07 de agosto, que altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil - Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial; Lei nº 11.343, de 23 de agosto, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes; Lei nº 11.419, de 19 de dezembro, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.



2007

- Em 04 de dezembro, o senador Renan Calheiros renuncia à presidência do Senado Federal. No dia 12 do mesmo mês, é realizada sessão plenária, deliberativa extraordinária, com o objetivo de eleger e dar posse ao presidente do Senado Federal para o período remanescente do biênio 2007/2008. Apresentou-se candidatura única à presidência do Senado Federal: a do Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB- RN). Após votação secreta, o candidato único foi proclamado eleito com 68 votos.

- O programa *O Desafio da água*, da TV Senado, fica em segundo lugar na categoria Televisão, da 5ª Edição do Prêmio Docol/Ministério do Meio Ambiente de Jornalismo.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 11.441, de 04 de janeiro, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separa-

ção consensual e divórcio consensual por via administrativa; Lei nº 11.491, de 20 de junho, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FIFGTS); Lei nº 11.494, de 20 de junho, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Lei nº 11.516, de 28 de agosto, que dispõe sobre a criação do **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** - Instituto Chico Mendes; Lei nº 11.520, de 18 de setembro, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios; Lei nº 11.530, de 24 de outubro, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI); Lei nº 11.551, de 19 de novembro, que institui o Programa Disque Idoso.



2008

- Lançamento da publicação *História do Senado Brasileiro*, de suas origens até o presente momento, com textos, imagens e áudio.

- Criação, por intermédio do Requerimento nº 227, de 2008, de iniciativa do senador Renato Casagrande, da *Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal*. Tomam parte do grupo os juristas Antonio Corrêa (juiz federal); Antônio Magalhães Gomes Filho, advogado e professor; Eugenio Pacelli (procurador regional da República); Fabiano Augusto Martins Silveira (consultor legislativo do Senado); Félix Valois Coelho Júnior (advogado); Hamilton Carvalho (ministro do Superior Tribunal de Justiça); Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (advogado e professor); Sandro Torres Avelar (delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – ADPF); e Tito

de Souza Amaral (promotor de Justiça). O Ministro Hamilton Carvalho e o Dr. Eugênio Pacelli foram designados coordenador e relator, respectivamente.

- O Senado Federal fez realizar 251 sessões. Em 2008, dois terços das sessões deliberativas do Senado não puderam cumprir sua finalidade, em decorrência do sobrestamento das decisões de Plenário, especialmente devido à edição de medidas provisórias.

- O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, devolveu ao Poder Executivo a Medida Provisória 446, de 2008, conhecida com a MP das Filantrópicas, pois não preenchia os requisitos de admissibilidade. Foi a primeira vez, desde 1989, que o Senado devolveu uma MP ao governo.

- Em 2008, havia 996 vetos a 159 matérias pendentes de deliberação. Foram realizadas duas sessões para analisar vetos depois de mais de dois anos sem reuniões para de-

liberar sobre as sanções do Presidente que rejeitaram ou suprimiram partes de projetos aprovados pelo Congresso. Naquelas sessões 171 vetos foram votados e mantidos.

- O *corpus* legislativo teve importantes acréscimos neste ano: Lei nº 11.671, de 08 de maio, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima; Lei nº 11.705, de 19 de junho, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor; Lei nº 11.767, de 07 de agosto, que altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 04 de julho

de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência; Lei nº 11.698, de 13 de junho, que altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada; Lei nº 11.770, de 09 de setembro, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal; Lei nº 11.785, de 22 de setembro, que altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), para definir tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão; Lei nº 11.804, de 05 de novembro, que disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido; Lei nº 11.887, de 24 de dezembro, que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações.



2009

- De acordo com a Secretaria Geral da Mesa, a Casa aprovou um total de 2.364 matérias ao longo do ano. Estas matérias representam um aumento de quase 88% em relação à produção legislativa do ano anterior: em 2008, o Senado aprovou 1.258 propostas.

- Lançamento do **Portal LexML Brasil**, iniciativa do Senado Federal e da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl). No primeiro ano de execução, foi o vencedor na modalidade “melhor iniciativa do ano”, do Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública. O portal também foi laureado com o “Prêmio Francisco Romeu Landi”, como destaque do ano, oferecido pelo Comitê Gestor da Internet.

- Instituição da Comissão de Juristas encarregada de elaborar Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, criada pelo Ato nº 379, de 30 de setembro, do presidente do Senado Federal, tendo como membros: Luiz Fux (presidente), Teresa Arruda Alvim Wambier (relatora), Adroaldo Furtado Fabrício, Benedito Cerezo Pereira Filho, Bruno Dantas, Elpídio Donizetti Nunes, Humberto Theodoro Júnior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto dos Santos Bedaque, Marcus Vinicius Furtado Coelho, Paulo Cesar Pinheiro Carneiro.

- O senador Expedito Junior teve o seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder

econômico e compra de votos. A cassação foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

- Em 2009, os parlamentares analisaram vetos a projetos, totalizando 1.038 textos integrais, artigos ou outros dispositivos recusados pelo presidente.

- Principais leis produzidas nesta sessão legislativa: Lei nº 11.904, de 14 de janeiro, que institui o Estatuto de Museus; Lei nº 11.903, de 14 de janeiro, que dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados; Lei nº 12.010, de 03 de agosto, que dispõe sobre adoção; Lei nº 12.015, de 07 de agosto, que altera o Código Penal, com o objetivo de tornar mais severas as punições aos crimes de estupro e pedofilia; Lei nº 12.016, de 07 de agosto, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo; Lei nº 12.034, de 29 de setembro, que altera a Lei dos Partidos Políticos, que define a propaganda eleitoral na internet; Lei nº 12.114, de 09 de dezembro, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997; Lei nº 12.127, de 17 de dezembro, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos; Lei nº 12.153, de 22 de dezembro, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Mu-



nicípios; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

2010

- A Comissão Representativa do Congresso Nacional (CRCN) aprovou, em votações simbólicas, em 25 de janeiro, o projeto de decreto legislativo (PDS-CRCN 01/10) que autoriza o envio de mais 1.300 militares brasileiros ao Haiti: 900 militares serão enviados imediatamente e outros 400 ficarão de prontidão em território nacional. As tropas vão se somar a outros 1.300 militares que já se encontram naquele país, vitimado por um devastador terremoto em 12 de janeiro. A matéria segue para promulgação.
- Comemoração dos 50 anos de instalação do Poder Legislativo em Brasília.
- Edição especial da revista **SENATUS**.

Fontes de pesquisa: Relatório da Presidência do Senado Federal (1960-2009), Relatório da Primeira-Secretaria do Senado Federal (1985-2001), Almanaque Abril, jornais e revistas.